



# CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -  
Procuradoria Jurídica

Ref: Eventual prejudicialidade do Substitutivo nº 01 ao projeto de Lei 12/2021 - "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DAS PORTARIAS DE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DE SERVIDORES, NO DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

## PARECER

Em atendimento à solicitação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, passo a analisar, juridicamente, os aspectos constitucionais e legais do projeto de lei nº 012/2021, diante à pré-existência da Lei Municipal nº 1571 DE 21 DE JANEIRO DE 2019. "INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL ELETRÔNICO – DOM-E DO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA/SP E A FORMA DE PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

### **I. Da Prejudicialidade**

A prejudicialidade é regulamentada pelo art. 189, do Regimento Interno da Câmara de Ilha Comprida, vejamos:

*Art.189 Na apreciação pelo Plenário consideram-se prejudicadas e assim serão declaradas pelo Presidente, que determinará seu arquivamento, as seguintes matérias:*

*I- a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro projeto que já tenha sido aprovado;*

*II- a proposição original, com as respectivas emendas ou subemendas, quando houver substitutivo aprovado;*

*III- a emenda e subemenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;*

*IV- o Requerimento ou Indicação com a mesma finalidade já aprovado ou rejeitado, salvo se consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação anterior, ou ainda, quando houver transcorrido o prazo de seis meses do pedido original.*

**RECEBIDO EM**

08 / 03 / 2021





# CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

Procuradoria Jurídica

Desta forma, considera-se prejudicada a matéria que tenha sido objeto de discussão ou votação de qualquer projeto **idêntico** a outro projeto que já tenha sido aprovado.

Vejamos, a Lei Municipal 1571/2019, apesar de tratar de maneira ampla sobre o tema das publicações no Diário Oficial instituído, não pode-se dizer que possui objeto idêntico ao do projeto de lei em análise.

No caso, a propositura em questão não repete o conteúdo da Lei Municipal 1.571/2019, de modo que renova ao dispor sobre a obrigatoriedade de publicação em Diário Oficial das portarias de nomeação dos servidores do município de Ilha Comprida, regra esta não disposta pela Lei que Instituiu o Diário Oficial da Município de Ilha Comprida.

Esclareço, o que a prejudicialidade busca impedir é a discussão infrutuosa de tema, diante da prévia existência de dispositivo que dispõe sobre idêntica questão. ou seja, nada impede, respeitado os demais preceitos legais e constitucionais, que lei posterior altere ou regulamente de maneira mais específica a lei anterior.

A Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942) em seu art.2º, inclusive, dispõe sobre tal possibilidade:

*Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.*

*§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.*

*§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.*

Desta maneira, no meu entender, não há prejudicialidade do projeto de lei em questão, de modo que não constato quaisquer impedimentos legais para sua regular tramitação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA**  
- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -  
Procuradoria Jurídica

**II. Conclusão**

Pelas razões supramencionadas, **MANTENHO O meu parecer no sentido da constitucionalidade, legalidade e regular tramitação do substitutivo nº 1 ao projeto de lei nº 12/2021**, de modo a afastar a alegada prejudicialidade frente à Lei Municipal 1571/2019.

Este é o parecer, smj.

Ilha Comprida, 08 de março de 2021

**Camila N. Ueti**  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP 360.688